

Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



**Building a better
working world**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

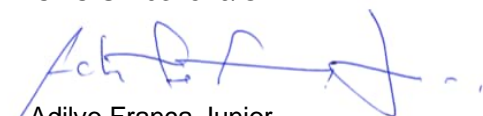
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

CENTRAL EÓLICA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	29	1.525
Cauções e depósitos vinculados	4	274	331
Contas a receber de clientes	5	1.382	1.468
Estoques	6	1.497	1.366
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		120	133
Outros tributos a recuperar		1	106
Outros ativos		524	42
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.827	4.971
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados	4	1.065	7.380
Tributos diferidos		299	294
Outros ativos		476	70
Imobilizado, líquido	7	52.950	54.145
Intangível, líquido		236	249
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		55.026	62.138
TOTAL DO ATIVO		58.853	67.109
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		490	688
Empréstimos e financiamentos	8	3.003	2.982
Contas a pagar partes relacionadas		386	4.695
Conta de ressarcimento	9	3.308	1.687
Passivo de arrendamento		58	73
Imposto de renda e contribuição social a pagar		125	298
Outros tributos a pagar		167	117
Outras obrigações		4	4
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		7.541	10.544
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	17.557	20.270
Conta de ressarcimento	9	19.753	18.811
Passivo de arrendamento		963	1.164
Provisão para desmobilização		649	4.078
Outras obrigações		31	31
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		38.953	44.354
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito		38.003	35.363
Prejuízos acumulados		(25.644)	(23.152)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	12.359	12.211
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.853	67.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL EÓLICA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	11	8.378	8.164
Custo de produção e operação de energia	12	<u>(7.724)</u>	<u>(6.303)</u>
LUCRO BRUTO		654	1.861
Gerais e administrativas		(333)	(562)
Outras receitas (despesas) operacionais		547	48
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		214	(514)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		868	1.347
Receitas financeiras		402	844
Despesas financeiras		<u>(3.333)</u>	<u>(3.654)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	(2.931)	(2.810)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(2.063)	(1.463)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(617)	(667)
Imposto de renda e contribuição social diferido		188	134
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	14	(429)	(533)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(2.492)	(1.996)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		
Outros resultados abrangentes	(2.492)	(1.996)
	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(2.492)	(1.996)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		28.652	(21.156)	7.496
Prejuízo do exercício		-	(1.996)	(1.996)
Aumento de capital social		6.711	-	6.711
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	35.363	(23.152)	12.211
Prejuízo do exercício		-	(2.492)	(2.492)
Aumento de capital social		2.640	-	2.640
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	38.003	(25.644)	12.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL EÓLICA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício		(2.492)	(1.996)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12	3.255	2.264
Atualização da provisão para desmobilização	13	191	-
Atualização monetária ressarcimento	13	755	-
Juros sobre arrendamento	13	103	102
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	13	(289)	(788)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	13	-	(21)
Encargos financeiros de dívidas	13	2.094	2.274
Tributos e contribuições sociais diferidos		(5)	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	7	290	-
		3.902	1.835
Variação de ativos e passivos operacionais		(4.361)	5.734
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		-	42
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	8	(1.876)	(2.091)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(160)	(1.782)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		-	2.213
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(103)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(2.598)	5.951
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7	(5.222)	(6.549)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(5.222)	(6.549)
Atividades de financiamentos:			
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	8	(3.045)	(3.015)
Custos de empréstimos (custo de transação e prêmios)		135	130
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		6.661	(1.686)
Pagamentos de arrendamentos (principal)		(67)	(68)
Aumento de capital social		2.640	6.711
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos		6.324	2.072
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		(1.496)	1.474
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		29	1.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2008, com sede em Trairi – Ceará, no Sítio Mundes s/n, Zona Rural, CEP 62690-000, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Eólica Santo Antônio de Pádua, no município de Trairi, Estado do Ceará.

A Companhia é controlada diretamente pela Santos Energia Participações S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A e The AES Corporation (“AES Corp”), sediada nos Estados Unidos da América.

A companhia possui junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a seguinte autorizações e registro de geração:

Parque Gerador Eólico	Contrato / Leião	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
Santo Antônio de Pádua (ii)	12º LEN/2011	419/2012	12/07/12	11/07/47	35 anos	2014	7	14,0	5,7
Subtotal							7	14,0	5,7

(i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

(ii) As Garantias Físicas anteriormente estabelecidas foram revogadas pela Portaria 2.634/2023, ficando vigente o montante apresentado.

Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
12º LEN/2011	Distribuidoras	56.064	209,33	jan/16	ago/34	IPCA	janeiro

(i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 23 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das

demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis no montante de R\$ 3.714 (R\$5.573 em 2022) está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	29	1.525
Subtotal	29	1.525
Total	29	1.525

4 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2023	2022
Circulante		
Garantias de financiamento (i)	274	331
Subtotal	274	331
Não Circulante		
Garantias de financiamento (i)	1.065	7.380
Subtotal	1.065	7.380
Total	1.339	7.711

- (i) A Companhia detém cauções e depósitos vinculados referentes as contas reservas das dívidas, e as aplicações devem ser realizadas seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo de R\$ 1.339 está aplicado em CDB's, a rentabilidade média apurada foi de 99,02% do CDI (99,93% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação dos cauções e dos depósitos vinculados para o exercício findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.389
Adições	9.650
Atualização monetária	636
Baixas e resgates	(7.964)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.711
Adições	1.886
Atualização monetária	289
Baixas e resgates	(8.547)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.339
Circulante	274
Não Circulante	1.065

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	2023	2022
Leilões de Energia Eólica	733	1.420
Mercado de curto prazo	649	48
Total	1.382	1.468

6 ESTOQUES

	2023	2022
Almoxarifado	1.497	1.366
Total	1.497	1.366

O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado"

7 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos complexos Eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,17%	17.320	(7.045)	10.275
Máquinas e equipamentos	4,31%	56.559	(19.898)	36.661
Móveis e utensílios e outros	6,68%	24	(12)	12
Veículos	14,29%	373	(102)	271
Imobilizado em serviço		74.276	(27.057)	47.219
Imobilizado em curso (i)		4.880	-	4.880
Bens vinculados às concessão e autorizações		79.156	(27.057)	52.099
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	7,14%	1.292	(441)	851
Total Imobilizado		80.448	(27.498)	52.950

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativo de direito de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 14 anos e depreciados a uma taxa média de 7,14%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração (ii)	Baixas	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.319	-	-	-	1	17.320
Máquinas e equipamentos	57.381	-	(4.242)	(513)	3.933	56.559
Móveis e utensílios e outros	24	-	-	-	-	24
Veículos	373	-	-	-	-	373
Imobilizado em serviço	75.097	-	(4.242)	(513)	3.934	74.276
Imobilizado em curso	2.814	5.222	-	-	(3.156)	4.880
Bens vinculados às concessão e autorizações	77.911	5.222	(4.242)	(513)	778	79.156
Direito de uso de terreno arrendado	1.438	-	(146)	-	-	1.292
Subtotal	79.349	5.222	(4.388)	(513)	778	80.448
Depreciação / Amortização arrendamento	(25.204)	(3.242)	628	223	97	(27.498)
Total Imobilizado	54.145	1.980	(3.760)	(290)	875	52.950

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão Desmantelamento	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.465	-	-	854	17.319
Máquinas e equipamentos	48.497	-	1.428	7.456	57.381
Móveis e utensílios e outros	6	-	-	18	24
Veículos	-	-	-	373	373
Imobilizado em serviço	64.985	-	1.428	8.684	75.097
Imobilizado em curso	4.615	6.549	-	(8.350)	2.814
Bens vinculados às concessão e autorizações	69.600	6.549	1.428	334	77.911
Direito de uso de terreno arrendado	1.338	100	-	-	1.438
Subtotal	70.938	6.649	1.428	334	79.349
Depreciação / Amortização arrendamento	(22.928)	(2.137)	(96)	(43)	(25.204)
Total Imobilizado	48.010	4.512	1.332	291	54.145

- (i) O valor de R\$ 875 refere-se a reclassificações de estoque para o imobilizado. O valor de R\$ 291 em 2022 refere-se a reclassificação de intangível para imobilizado.
- (ii) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização de suas controladas, revendo as premissas de acordo com a política contábil do Grupo AES. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$3.620.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2023							
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNDIS - Santo Antonio de Pádua	2030	3.061	76	(134)	3.003	18.364	(807)	17.557	20.560
Total da dívida		3.061	76	(134)	3.003	18.364	(807)	17.557	20.560

		2022							
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNDIS - Santo Antonio de Pádua	2030	3.030	86	(134)	2.982	21.211	(941)	20.270	23.252
Total da dívida		3.030	86	(134)	2.982	21.211	(941)	20.270	23.252

8.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Empréstimos e financiamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.954
Encargos financeiros	2.088
Variação monetária	186
Pagamento de principal	(3.015)
Pagamento de encargos financeiros	(2.091)
Diferimento de custos de transação	(4)
Amortização de custos de transação	134
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.252
Encargos financeiros	1.863
Variação monetária	231
Pagamento de principal	(3.045)
Pagamento de encargos financeiros	(1.876)
Diferimento dos custos de transação	(3)
Amortização dos custos de transação	138
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.560

8.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNDES	41.200	29/04/2014	TJLP + 2,45%	Mensal	Mensal	20.560	Dezembro de 2030	Construção do Parque Eólico Santo Antonio de Pádua

8.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Empréstimos	Custos de transação	Total
2025	3.061	(134)	2.927
2026	3.061	(134)	2.927
2027	3.061	(134)	2.927
2028	3.061	(134)	2.927
2029	3.061	(134)	2.927
Após 2030	3.059	(137)	2.922
Total	18.364	(807)	17.557

8.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos índices financeiros das dívidas.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - BNDES	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

9 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre a Companhia e as distribuidoras e estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	3.308	1.687
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	19.753	18.811
Total passivo	23.061	20.498

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(14.403)
Adição / reversão	(5.360)
Atualização monetária	(735)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(20.498)
Adição / reversão	(4.860)
Amortização	3.052
Atualização monetária	(755)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(23.061)

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu

os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

Para as fontes eólicas, as reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a ABEEólica e ABSOLAR, em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off.

Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023, foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o quadro acionário da Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. é composto como segue:

	2023		2022	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Santos Energia Participações S.A.	38.003.260	100	35.363.260	100
	38.003.260	100	35.363.260	100

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$38.003 (R\$35.363 em 31 de dezembro de 2022), composto pelas 38.003.260 (35.363.260 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$450, dividido em 450.000 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 31 de dezembro de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$2.190, dividido em 2.190.000 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a

identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconheceu a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia Nova (LEN)

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	2023	2022
Contratos bilaterais	10.054	11.482
Ressarcimento de energia	(2.804)	(5.360)
Mercado de curto prazo	1.665	427
Partes relacionadas (i)	-	1.095
Crédito de carbono	-	1.198
Outras receitas	15	4
Receita operacional bruta	8.930	8.846
(-) PIS e COFINS	(235)	(323)
(-) ICMS	(317)	(359)
Receita operacional líquida	8.378	8.164

- (i) Refere-se a venda de energia celebrada entre a Companhia e a AES Brasil Operações S.A.

12 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos com partes relacionadas	(1.677)	(1.524)
Mercado de curto prazo	(17)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(751)	(685)
Taxa de fiscalização ANEEL	(61)	(54)
Subtotal	(2.506)	(2.263)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(1.232)	(765)
Material	(717)	(784)
Depreciação e amortização	(3.255)	(2.264)
Seguros	-	(216)
Arrendamentos e aluguéis	-	(2)
Contribuições setoriais	(14)	(9)
Subtotal	(5.218)	(4.040)
Total	(7.724)	(6.303)

13 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	81	823
Variações monetárias	299	-
Variações cambiais	6	-
Outras receitas financeiras	16	21
Subtotal	402	844
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(2.229)	(2.404)
Atualização ressarcimento	(755)	(735)
Juros sobre arrendamento	(103)	(102)
Atualização de provisão para desmobilização	(190)	(228)
Tarifas e encargos bancários	(39)	(17)
Outras despesas financeiras	(17)	(168)
Subtotal	(3.333)	(3.654)
Total Líquido	(2.931)	(2.810)

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que

seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional tributável	12.537	12.021	12.537	12.021
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Receita operacional de crédito de carbono	-	1.198	-	1.198
Alíquota de lucro presumido de crédito de carbono	32%	32%	32%	32%
Lucro presumido	1.003	1.345	1.504	1.826
Outras receitas	750	559	750	559
Outros ajustes	-	-	-	-
Base de cálculo	1.753	1.904	2.254	2.385
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(263)	(286)	(203)	(215)
Adicional (10%)	(151)	(166)	-	-
IRPJ e CSLL corrente	(414)	(452)	(203)	(215)
IRPJ e CSLL diferido	122	87	66	47
IRPJ e CSLL no resultado	(292)	(365)	(137)	(168)
Alíquota efetiva	14,15%	24,95%	6,64%	11,48%

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	29	29	1.525	1.525	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	4	1.339	1.339	7.711	7.711	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	5	1.382	1.382	1.468	1.468	Custo amortizado
Total		2.750	2.750	10.704	10.704	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		490	490	688	688	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	8	20.560	20.560	23.252	23.252	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		386	386	4.695	4.695	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	9	23.061	23.061	20.498	20.498	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		1.021	1.021	1.237	1.237	Custo amortizado
Total		45.518	45.518	50.370	50.370	

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após

o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	29	1.525
Contas a receber de clientes	1.382	1.468
Cauções e depósitos vinculados	1.339	7.711
Total	2.750	10.704

(b.2) Risco de gerenciamento de capital.

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos

acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia controla também monitorando constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	20.560	23.252
Caixa e equivalentes de caixa	(29)	(1.525)
Cauções (garantias de financiamentos)	(1.339)	(7.711)
Divida líquida	19.192	14.016
Patrimônio líquido	12.359	12.211
Divida líquida / Patrimônio líquido	155,29%	114,78%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 8.4.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	490	-	-	-	-	490	688
Empréstimos e financiamentos	1.196	3.517	8.719	11.340	3.301	28.073	23.252
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	386	-	-	386	4.695
Passivo de arrendamento	16	63	70	260	668	1.075	1.237
Total	1.702	3.580	9.175	11.600	3.969	30.024	29.872

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Cauções e depósitos vinculados	1.339	7.711
Empréstimos e financiamentos	(21.501)	(24.327)
Passivo de arrendamento	(1.021)	(1.237)
Total	(21.183)	(17.853)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(23.061)	(447)	(671)	(895)	(1.118)	(1.342)
Impacto no resultado			(447)	(671)	(895)	(1.118)	(1.342)
Total da exposição líquida			(447)	(671)	(895)	(1.118)	(1.342)

Empréstimos e financiamentos	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,82%	4,23%	5,65%	7,06%	8,47%
BNDES	TJLP	(21.501)	(1.195)	(1.506)	(1.819)	(2.131)	(2.442)
Impacto no resultado			(1.195)	(1.506)	(1.819)	(2.131)	(2.442)
Total da exposição líquida			(1.195)	(1.506)	(1.819)	(2.131)	(2.442)

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”), conforme nota explicativa nº 8.

O montante relacionado a Dívida apresentado na tabela acima não contempla os saldos de custo de transação

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contrato de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente acompanhados pela Administração. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58, e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off*

de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas. Quando o regramento final for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Em agosto de 2023, houve uma ocorrência de nível nacional “apagão”, que impactou em grande escala geração de energia renovável, principalmente, no Nordeste brasileiro. Essa restrição, por decisões de segurança sistêmica do ONS, se manteve alta e frequente ao longo dos próximos meses, tendo impactos até o momento (dezembro).

Em função das restrições, que são *constrained-off* para usinas eólicas, em outubro, a ABEEólica conjuntamente com seus associados ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de *constrained-off*. Ainda em outubro, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023, foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.